O processo de **KYC – Know Your Counterparty** / “Conhecer a contraparte” pretende cumprir com os requisitos legais impostos pela Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A..

A Fidelidade Angola é uma empresa seguradora que obedece a um conjunto de diplomas, nomeadamente, a Lei n.º 05/20, de 27 de Janeiro, que estabelece as medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, e o disposto no Aviso da ARSEG n.º 03/21, de 06 de Dezembro, sobre a implementação das condições, instrumentos, mecanismos inerentes à PBC/FT no mercado dos seguros e fundos de pensões. O dever no cumprimento de KYC é imposto transversalmente a todas as empresas do Grupo Fidelidade e consequentemente à Fidelidade Angola - Companhia de Seguros.

A República de Angola ratificou as Convenções das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Narcóticos e Substâncias Psicotrópicas, contra o Crime Organizado Transnacional e sobre a Supressão do Financiamento do Terrorismo, as quais recomendam a definição de um sistema otimizado de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de destruição em Massa em reforço da segurança do sistema financeiro angolano.

Nesse sentido e de acordo com o acima mencionado, pedimos o favor de, no âmbito do cumprimento do dever de colaboração nos forneçam todos os documentos de prova e declarações mencionadas neste formulário, referentes à empresa, representantes legais e beneficiários efectivos.

Solicitamos que procedam igualmente ao preenchimento do questionário abaixo e nos forneçam cópia dos documentos aí mencionados que serão essenciais para o nosso processo de diligências (notem por favor que o processo não poderá ser dado como terminado sem estes documentos).

- Cópia da certidão de registo comercial actualizada (com data de emissão inferior a 3 (três) meses);
- Cópia do Cartão de Contribuinte da empresa;
- Cópia do Registo Central do Beneficiário Efectivo (se aplicável);
- Organograma/estrutura de accionista do grupo em que a empresa se insere, com identificação clara das pessoas ou entidades que detêm 20% (vinte por cento) ou mais de acções ou direitos de voto na empresa;
- Cópia do Bilhete de Identificação ou Passaporte dos órgãos de administração e dos sócios/accionistas da empresa (caso existam);
- Cópia da procuração ou minutas a evidenciar os poderes atribuídos ao Procurador (se aplicável);
- Cópia do Bilhete de Identificação ou Passaporte dos Beneficiários Efectivos da empresa¹;
- Cópia do número de identificação fiscal dos Beneficiários Efectivos da empresa.

INFORMAÇÃO RELATIVA AO TRATAMENTO E PROTECÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

A Fidelidade Angola, no âmbito da Protecção de Dados e processamento dos dados pessoais fornecidos neste formulário pode ser contactada através de pdp@fidelidade.co.ao. A recolha e o tratamento dos dados pessoais constantes neste documento são necessários para o cumprimento do dever legal de identificação de clientes, dos seus representantes e de pessoas por conta das quais o cliente actua, imposto pela Legislação de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PBC/FT). A informação será guardada de acordo com o prazo legal imposto pela legislação aplicável a PBC/FT.

O titular dos dados tem direito a exercer a qualquer momento, os seus direitos relativos ao processamento de dados pessoais, nomeadamente acesso, rectificação e eliminação enviando para o efeito um email para pdp@fidelidade.co.ao

A Fidelidade Angola, adopta medidas de segurança técnicas e organizacionais para proteger a confidencialidade e integridade dos dados pessoais recolhidos neste formulário de acordo com a Lei n.º 22/11, de 17 de Junho, Lei da Protecção de Dados Pessoais.

¹ O critério de Beneficiário Efectivo é mencionado no Anexo I

SECÇÃO I – IDENTIFICAÇÃO DA CONTRAPARTE

1. Nome da Entidade <i>(designação legal)</i>		
2. Número Fiscal		
3. Objecto Social		
4. Código CAE		
5. Descrição da actividade /negócio <i>(detalhar)</i>		
6. Morada Legal	Morada 1:	
	Morada 2:	
	Cidade:	Estado/País:
	País:	Código Postal (se aplicável):
7. Morada para Correspondência <i>(se diferente da anterior)</i>	Morada 1:	
	Morada 2:	
	Cidade:	Estado/País:
	País:	Código Postal (se aplicável):
8. Morada Principal <i>(se diferente da anterior)</i>	Morada 1:	
	Morada 2:	
	Cidade:	Estado/País:
	País:	Código Postal (se aplicável):
9. País onde exerce a actividade principal		
10. Telefone e telefax e Website URL		
11. Contacto principal da entidade para efeito deste formulário KYC	Sobrenome:	
	Nome:	
	Posição:	
	Número de Telefone:	
	E-mail:	

<p>12. Tipo de Sociedade</p>	<p>Sociedade Anónima (S.A.) Sociedade por Quotas (Lda.) Cooperativa Parceria Empresa Sector Público Outro. Especifique:</p>		
<p>13. Identificação das pessoas e/ou entidades que detêm 20% (vinte por cento) ou mais de capital social e/ou direitos de voto na empresa</p>			
<p>14. Lista de nomes e posição do Conselho de Administração ou equivalente, bem como pessoas com poderes de gestão/ executivos (adicionar mais linhas se necessário).</p>			
<p>Nome</p>	<p>Posição/Título</p>	<p>País de Residência</p>	<p>Estatuto de Pessoa Politicamente Exposta (PPE) ²</p>

² O critério para ser considerado como Pessoa Politicamente Exposta (PPE) é referido no Anexo II. Deve ser declarado como tendo um estatuto PPE se a Pessoa em si é PPE, se é um membro da família de uma pessoa com estatuto PPE ou uma pessoa próxima de uma pessoa com estatuto PPE.

15. Origem/ destino de Fundos (detalhar):

Actividade comercial

Investimento

Transacção de imóveis

Herança

Rendimentos do trabalho

Outros (especificar)

SECÇÃO II – IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS EFECTIVOS (CONFORME ANEXO I)

(Por favor, preencha um formulário da Secção II por cada Beneficiário Efectivo)

1. Nome Completo		
2. Data de Nascimento		
3. Local de Nascimento		
4. Nacionalidade <i>(se diferente da acima mencionada)</i>		
5. Documento de Identificação:	Tipo:	Data de emissão:
	Número:	Data de validade:
	Local de emissão:	Serviço de identificação:
6. Morada do domicílio	Morada 1:	
	Morada 2:	
	Cidade:	Estado/País:
	País:	Código postal (se aplicável):
	Morada 1:	

7. Morada Fiscal <i>(se diferente da anterior)</i>	Morada 2:	
	Cidade:	Estado/País:
	País:	Código postal (se aplicável):
8. Número identificação fiscal		
9. Profissão		
10. Empregador <i>(se existente)</i>		
11. Estatuto de Pessoa Politicamente Exposta (PPE)³ <i>(se existente)</i>	☐ Tem um estatuto PPE? ☐ É familiar de uma pessoa com estatuto PPE? Se sim, clarifique a informação em relação à pessoa com estatuto PPE: Relação: Nome completo da pessoa com estatuto PPE: Data de nascimento: Local de nascimento: Nacionalidade: ☐ É próximo de alguém com estatuto PPE? Se sim, clarifique a informação em relação à pessoa com estatuto PPE: Relação: Nome completo da pessoa com estatuto PPE: Data de nascimento: Local de nascimento: Nacionalidade:	

³ O critério para ser considerado como Pessoa Politicamente Exposta (PPE/ PEP) é referido no Anexo II.

	☐ Eu não tenho o estatuto PPE, e por isso nenhuma das situações acima são aplicáveis.
--	--

Data

D	D	M	M	A	A	A	A
---	---	---	---	---	---	---	---

(Beneficiário Efectivo) _____

Local _____

SECÇÃO III – COMPLIANCE**1. Transparência e Governação**

- A Empresa/Representante Legal declara que possui um código de conduta e ética? Sim Não
- A Empresa/Representante Legal declara que possui política de conformidade anticorrupção? Sim Não
- A Empresa/Representante Legal declara que realiza formação aos colaboradores sobre ética e conformidade anticorrupção? Sim Não
- A Empresa/Representante Legal declara que possui um canal de denúncias para relatar possíveis violações éticas? Sim Não

2. Registos financeiros

- A Empresa/Representante Legal apresenta demonstrações financeiras auditadas e actualizadas? Sim Não
- A Empresa/Representante Legal declara que não tem dívidas relativamente às contribuições para a Administração Geral Tributária e a Segurança Social em Angola (ou no Estado onde reside ou onde se situa a sua sede). (anexar as declarações de não dívida) Sim Não

3. Antecedentes criminais

- A Empresa/Representante Legal declara que não foi condenado por crimes financeiros ou de corrupção? Sim Não
- A Empresa/Representante Legal declara que nos últimos 3 anos, não foram envolvidos em controvérsias associadas a corrupção ou outras ilegalidades? Sim Não
- A Empresa/Representante Legal declara que nos últimos 3 anos, não foram alvos de investigação por autoridades administrativas judiciais ou outras autoridades governamentais? Sim Não
- A Empresa/Representante Legal declara que possui um canal de denúncias para relatar possíveis violações éticas? Sim Não

4. Terceiros

- A empresa utiliza intermediários ou agentes para realizar negócios? Sim Não
- A empresa realiza a devida diligência para verificar a idoneidade de seus intermediários e agentes? Sim Não
- A empresa exige que seus intermediários e agentes sigam as políticas de conformidade anticorrupção? Sim Não

5. Saúde e Segurança no local de trabalho

- A empresa dispõe de procedimentos formais para garantir o cumprimento da legislação e regulamentação em matéria de Segurança e Saúde no Local de Trabalho? Sim Não

6. Conflitos de interesses

A Empresa/seu Representante declara que não se encontram em qualquer situação de potencial ou real de conflito de interesses.

Definir relação de conflito interesses

Considera-se verificada a existência de um conflito de interesses sempre que os interesses ou relações financeiras e não financeiras, presentes ou passadas, de um colaborador e/ou dos seus familiares próximos interfiram ou sejam susceptíveis de interferir com a capacidade de desempenhar as suas funções com independência e imparcialidade, no melhor interesse da Fidelidade Angola, ou com o cumprimento dos deveres de ética profissional a que se encontra sujeito, independentemente da respectiva natureza pessoal, institucional, financeira, comercial, política ou outra. Sim Não

7. Responsabilidade Corporativa

- Tenho conhecimento dos princípios enunciados no Código de Conduta para os Fornecedores da Fidelidade e aceito (**ANEXO III Código de Conduta para Fornecedores**) Sim Não

SECÇÃO IV – DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL

Este formulário é composto por ___ páginas e ___ anexos e o abaixo-assinado na qualidade de Representante Legal de ___ declara que a informação compreendida neste formulário e todos os seus anexos é correcta, completa e actualizada. As cópias fornecidas são cópias fiéis dos documentos originais e representam a versão mais actualizada desses documentos. A informação aqui mencionada identifica a entidade, os representantes legais e beneficiários efectivos bem como a existência de um eventual estatuto de PPE nos termos e para efeitos da lei n.º 05/20, de 27 de Janeiro.

O representante legal,

Data

D	D	M	M	A	A	A	A
---	---	---	---	---	---	---	---

Nome: _____

Local _____

Na qualidade de representante

Em anexo (selecione as opções e identifique o número de documentos fornecidos):

- Certidão do registo comercial com data de (com data de emissão inferior a 3 (três) meses);
- Cópia do Cartão de Contribuinte;
- Cópia do Registo Central do Beneficiário Efectivo (se aplicável);
- Organograma/estrutura accionista do grupo em que a empresa se insere, com identificação clara das pessoas ou entidades que detêm mais de 20% (vinte por cento) ou mais de acções ou direitos de voto na empresa;
- Cópia do Bilhete de Identificação ou Passaporte dos órgãos de administração e dos sócios/acionistas da empresa (caso existam);
- Cópia do número fiscal dos representantes legais;
- Cópia da procuração ou minutas a evidenciar os poderes atribuídos a advogados da empresa (se aplicável);
- Cópia do Cartão de Identificação ou Passaporte dos Beneficiários Efectivos da empresa;
- Cópia do número de identificação fiscal dos Beneficiários Efectivos da empresa.

ANEXO I - BENEFICIÁRIO EFECTIVO

Nos termos da Lei n.º 05/20, de 27 de Janeiro, o Beneficiário Efectivo (UBO- Ultimate Beneficial Owner) é:

- I. Qualquer pessoa singular que detém em última instância, uma participação no capital de uma pessoa colectiva ou controlam e/ou a pessoa singular em cujo nome a operação está sendo realizada;
- II. Exercem, em última instância, um controlo efectivo sobre uma pessoa colectiva ou entidade sem personalidade jurídica, naquelas situações onde as participações no capital/controlo são exercidas por meio de uma cadeia de participação no capital ou através de um controlo não directo;
- III. Detêm, em última instância, a propriedade ou o controlo directo ou indirecto do capital da sociedade ou dos direitos de voto da pessoa colectiva, que não seja uma sociedade cotada num mercado regulamentado, sujeita a requisitos de informação consentâneos com as normas internacionais;
- IV Têm direito de exercer ou que exerçam influência significativa ou que controlam a sociedade independentemente do nível de participação.

No caso de entidades jurídicas que administrem ou distribuam fundos, a pessoa ou pessoas singulares que:

- I. Beneficiem do seu património quando os futuros beneficiários já tiverem sido determinados;
- II. Sejam tidos como a categoria de pessoas em cujo interesse principal a pessoa colectiva foi constituída ou exerce a sua actividade quando os futuros beneficiários não tiverem sido ainda determinados;
- III. Exerça controlo do património da pessoa colectiva.

Critérios para determinar a propriedade ou controlo (Beneficiário)

Considera-se que uma pessoa singular é o Beneficiário Efectivo de uma sociedade quando qualquer pessoa singular que detém uma participação no capital de uma pessoa colectiva independentemente da sua participação no percentual do respectivo capital da sociedade, que controlam directa ou indirectamente uma sociedade.

Ou circunstâncias que possam indicar o exercício do controlo por outros meios previstos na Lei n.º. 05/20, de 27 de janeiro, por exemplo que têm o direito de exercer ou que exerçam influência significativa ou controlam a sociedade independentemente do nível de participação e exerçam controlo do património da pessoa colectiva.

ANEXO II - PESSOA POLITICAMENTE EXPOSTA (PPE)**a) PPE**

São as pessoas singulares nacionais ou estrangeiros que desempenham, ou desempenharam funções públicas proeminentes em Angola, ou em qualquer outro País ou jurisdição ou em qualquer organização Internacional. Para os efeitos na presente lei consideram-se altos cargos de natureza política ou pública de entre outros o seguinte:

- I. Presidente da República ou Chefe de Estado;
- II. Vice-Presidente da República;
- III. Primeiro-Ministro ou Chefe de Governo;
- IV. Órgãos Auxiliares do Presidente da República, ou membros do Governo, designadamente, Ministro de Estado, Ministros, Secretários de Estado e Vice-Ministro e outros cargos ou funções equiparadas;
- V. Deputados, Membros de Câmaras Parlamentares e equiparados;
- VI. Magistrados Judiciais dos Tribunais Superiores e da Relação, cujas decisões não possam ser objecto de recurso, salvo em circunstâncias excepcionais;
- VII. Magistrados do Ministério Público de escalão equiparado aos Magistrados Judiciais referidos no número anterior;
- VIII. Provedor de Justiça e Provedor-Adjunto;
- IX. Membros do Conselho da República, do Conselho de Segurança Nacional e demais Conselheiros de Estado;
- X. Membros dos Conselhos Superiores da Magistratura Judicial e do Ministério Público;
- XI. Membros de órgãos de Administração e Fiscalização dos Bancos Centrais e outras autoridades de regulação e supervisão do Sector Financeiro;
- XII. Chefes de missões diplomáticas e de postos consulares;
- XIII. Oficiais Gerais das Forças Armadas e Oficiais Comissários das Forças de Segurança e Ordem Interna;
- XIV. Membros de órgãos de administração e fiscalização de empresas públicas e de sociedades de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos, institutos públicos, associações e fundações públicas, estabelecimentos públicos, qualquer que seja o modo da sua designação, incluindo os órgãos de gestão das empresas integrantes dos sectores empresariais locais;
- XV. Membros do Conselho de Administração, Directores, Directores-Adjuntos e ou pessoas que exerçam funções equivalentes numa organização internacional;
- XVI. Membros dos órgãos executivos de direcção de Partidos Políticos;
- XVII. Membros das administrações locais e do poder autárquico;
- XVIII. Líderes de confissões religiosas.

b) Membros próximos da família e as pessoas muito próximas dos indivíduos acima mencionados, que são também tratados de PPE

- I. O cônjuge ou companheiro de união de facto;
- II. Os parentes, até ao 3.º grau da linha colateral, os afins até ao mesmo grau, os respectivos cônjuges ou companheiros de união de facto;
- III. Pessoas com reconhecidas e estreitas relações de natureza pessoal.

c) Pessoas com reconhecidas e estritas relações de natureza societária ou comercial

- I. Qualquer pessoa singular, que seja notoriamente conhecida como proprietária conjunta de uma pessoa colectiva com o titular do alto cargo de natureza política ou pública ou que com ele tenha relações comerciais próximas;
- II. Qualquer pessoa singular que seja proprietário do capital social ou dos direitos de voto de uma pessoa colectiva ou do património de um centro de interesses colectivos sem personalidade jurídica, que seja notoriamente conhecido, tendo como único beneficiário efectivo o titular do alto cargo de natureza política ou pública;
- III. Qualquer pessoa singular, conhecida como tendo relações societárias, comerciais ou profissionais com pessoa politicamente exposta.

Análise final e comentários da Fidelidade Angola (reservado ao Departamento de Compliance):

Representante da Fidelidade Angola

Data

D	D	M	M	A	A	A	A
---	---	---	---	---	---	---	---

Nome: _____

Local _____

Função: _____